

**(Funpresp – Judiciário – Tecnologia da Informação - 2016)**

Com relação à contratação de serviços de TI, julgue os itens subsequentes.

1. [112] De acordo com a Instrução Normativa n.º 04 MPOG/SLTI/2014, se o objeto do contrato de serviços estratégicos de tecnologia da informação for a avaliação e a mensuração da solução de tecnologia da informação, deve-se contratar, para prestar tal serviço, a mesma entidade contratada para prover a solução de tecnologia da informação.

2. [113] O Decreto n.º 2.271/1997 estabelece que, no âmbito da administração pública federal direta, as atividades de informática e telecomunicações sejam, preferencialmente, objeto de execução indireta.

*Um órgão integrante da administração pública federal publicou edital destinado à aquisição de bens comuns de TI e à implantação de sistema de tecnologia de informação e de comunicação estratégica, em ato do Poder Executivo federal, que estabeleceu, entre outras regras, que a licitação fosse feita na modalidade pregão eletrônico e que bens e serviços adquiridos tivessem tecnologia desenvolvida no país.*

*Com base nessa situação hipotética, julgue o item seguinte, relativo à legislação aplicável à contratação de bens e serviços de TI.*

3. [114] *As duas regras mencionadas na situação hipotética violam as normas legais referentes a licitações e pregão eletrônico, uma vez que a restrição a bens e serviços com tecnologia nacional é descabida e, apesar de haver previsão de aquisição de bens comuns de TI na modalidade pregão, a licitação na forma eletrônica não se aplica à aquisição desse tipo de bem.*

**(TCE-SC – Tecnologia da Informação – 2016)**

Com base na Lei n.º 10.520/2002, julgue os itens a seguir, relativos à contratação de bens e serviços de TI.

4. [100] Na fase preparatória do pregão, podem ser feitas especificações do objeto que limitem a competição, desde que elas sejam indispensáveis para o andamento do processo licitatório.

5. [101] Caso não esteja especificado no edital, o prazo de validade das propostas será de sessenta dias.

6. [102] Para a aquisição de bens e serviços comuns, é vedada a exigência de garantia de proposta bem como a exigência de que os licitantes adquiram o edital para participarem do certame.

No que se refere à contratação de bens e serviços de TI, julgue o próximo item à luz da Lei n.º 8.666/1993 e de suas alterações.

7. [103] Em decorrência do princípio da economicidade, as compras devem ser subdivididas na quantidade de parcelas que forem necessárias para aproveitar as oportunidades do mercado.

Julgue os itens subsequentes de acordo com a Instrução Normativa n.º 4/2014 do MPOG/SLTI.

8. [104] As funções do fiscal administrativo incluem acompanhar a execução do contrato e atuar como o interlocutor da contratada.

9. [105] Se um usuário final identificar, após a entrega, problemas com o produto adquirido, ele deverá notificar o fornecedor para que este solucione o problema, desde que o produto esteja dentro do prazo de garantia previamente acordado na contratação.

10. [106] Cabe aos fiscais técnicos e aos requisitantes do contrato fiscalizar a qualidade dos serviços entregues.

11. [107] A contratação de serviços de TI pela métrica homem-hora é permitida mediante justificativa.

12. [108] Para resguardar a organização contratante, deve constar do edital a informação de que a contratada já dispõe de funcionários capacitados para a realização do serviço contratado.

**(MEC – Gerente de Projetos – 2015)**

Acerca das disposições gerais e do processo de contratação, dispostos na IN MPOG n.º 4/2014, julgue os itens subsecutivos.

13. [128] É vedada a contratação de mais de uma solução de tecnologia da informação em um único contrato.

14. [129] *Não existindo o plano estratégico institucional, sua ausência deverá ser registrada no PDTI, devendo um documento equivalente, como o plano plurianual, ser utilizado nos processos de contratações.*

15. [130] *No início do contrato, a empresa contratada deverá convocar uma reunião da qual participarão a equipe técnica e o gestor do contrato.*

**(TRE-PE – Tecnologia da Informação – 2015)**

16. [48] A resolução do CNJ n.º 182/2013 determina que o planejamento das contratações de solução de tecnologia de informação e comunicação seja composto por duas fases. A primeira fase é a de estudos preliminares e a segunda é a de

A definição da linguagem a ser implementada para a solução.

B projeto básico.

C plano diretor de tecnologia da informação.

D gestão de processos.

E definição de arquitetura.

**(TJDFT – Tecnologia da Informação – 2015)**

Julgue os itens seguintes a respeito da IN n.º 4 MPOG/SLTI e da Resolução CNJ n.º 182.

17. [57] *De acordo com a Resolução CNJ n.º 182, o planejamento das contratações de solução de TI e comunicação incluirá as seguintes fases: análise de viabilidade da contratação, análise dos aspectos técnicos da solução e análise dos aspectos administrativos da contratação.*

18. [58] De acordo com a IN n.º 4 MPOG/SLTI, a gestão de processos de TI, que inclui a gestão de segurança da informação, não poderá ser objeto de contratação, salvo se aprovado pela autoridade máxima do órgão ou entidade, e desde que esteja sob supervisão exclusiva de servidores do órgão ou entidade.

**(TCU – Tecnologia da Informação – 2015)**

Com base no que dispõe a Lei n.º 8.666/1993, julgue os itens subsequentes, acerca de licitação e contratos administrativos.

19. [183] São consideradas de grande vulto obras, serviços ou compras cujo valor estimado seja superior a quinze milhões de reais.

20. [184] O sistema de controle originário no quadro geral de preços deve ser preferencialmente informatizado.

21. [185] Na compra de material de informática, deve-se proceder à especificação completa do bem, podendo-se, em determinadas situações, indicar a marca do bem.

22. [186] A documentação necessária para a qualificação econômico-financeira de pessoa jurídica limita-se ao balanço patrimonial e às demonstrações contábeis do último exercício social.

23. [187] São consideradas compras todas as aquisições remuneradas de bens, seja para fornecimento de uma só vez, seja para fornecimento parcelado.

Com base nos dispositivos da Lei n.º 8.666/1993 relativos ao acompanhamento da execução contratual, julgue os seguintes itens.

24. [188] Em caso de inadimplência do contratado em relação a encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, a responsabilidade por seu pagamento será automaticamente transferido à administração e poderá onerar o objeto do contrato.

25. [189] Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, a administração pode, entre outras formas de sanção, suspender temporariamente a participação do contratado em licitação e impedi-lo de contratar com a administração, por prazo não superior a dois anos.

À luz das Instruções Normativas n.º 2/2008 e n.º 4/2014 do MPOG/SLTI, julgue os itens a seguir.

26. [190] Na contratação de soluções de TI pelos órgãos integrantes do SISP, é atribuída ao servidor representante da área de TI a função de fiscalizar técnica e administrativamente o contrato.

27. [191] Serviços distintos devem ser licitados separadamente, mas podem ser contratados de forma conjunta, caso o mesmo prestador seja vencedor de mais de um item ou certame.

28. [192] É proibido ao órgão ou entidade contratante e a seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada, como, por

exemplo, exercer poder de mando sobre seus empregados.

29. [193] É permitido ao órgão ou à entidade contratante indicar pessoas a serem contratadas pela empresa terceirizada, desde que essa pessoa não tenha trabalhado no referido órgão ou entidade.

30. [194] É obrigatório que empresas contratadas para serviços de natureza intelectual ou estratégicos promovam a transição contratual com transferência de tecnologias e técnicas empregadas, sem perda de informações.

31. [195] Em serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade contratante deverá promover reunião inicial, para dar início à execução do serviço, sem necessidade de realizar reuniões periódicas, para acompanhar a qualidade da execução do contrato.

Ainda com relação às Instruções Normativas n.º 2/2008 e n.º 4/2014 do MPOG/SLTI, julgue os próximos itens.

32. [196] É vedada a contratação parcial do lote, ou seja, a contratação de apenas alguns dos serviços ou materiais que compõem o lote, salvo na hipótese de haver vinculação entre o serviço contratado e a quantidade de material necessária à sua execução.

33. [197] A contratante deve executar todas as etapas da fase de planejamento da contratação, inclusive nos casos de inexigibilidade, dispensa de licitação ou licitação dispensada. No entanto, caso o órgão ou entidade seja partícipe da licitação, ficam dispensadas as etapas de análise de riscos e termo de referência ou projeto básico.

Acerca da elaboração e da fiscalização de contratos, julgue os itens que se seguem.

34. [198] Cabe à equipe de planejamento da contratação especificar as sanções e glosas aplicáveis à contratada, incluindo-se o processo de aferição de que resulta a multa. Nessa aferição, pode-se utilizar como referência o nível mínimo de serviço exigido, que não deve ser objeto de negociação após a assinatura do contrato e deve ser formulado com base no levantamento do mercado.

35. [199] A interação entre o órgão e a contratada deve ser realizada, essencialmente, por intermédio do preposto, que também é responsável por acompanhar a execução do contrato, sendo-lhe incumbida a função de receber, diligenciar, encaminhar e responder questões técnicas e administrativas referentes ao andamento contratual, ressalvadas as questões legais afetas ao contrato.

36. [200] Devem estar definidos no edital e no contrato os procedimentos para a aplicação de sanções e glosas, bem como da rescisão contratual, e as justificativas para sua aplicação em caso de descumprimento das obrigações estabelecidas. Cada sanção ou penalidade tem de ser proporcional ao dano, sendo vedado o uso das garantias contratuais para a aplicação de penalidades.

**(MPOG – ATI – 2015)**

Julgue os próximos itens, relativos a planejamento de tecnologia da informação (TI) e a contratação de serviços de TI na administração pública federal.

37. [119] Na fase de habilitação do fornecedor do serviço ou produto contratado, é necessário exigir a avaliação dos processos MPS.BR ou CMMI, como forma de garantir a qualidade dos serviços e produtos e de minimizar os riscos da contratação.

38. [120] A estratégia geral de tecnologia da informação e comunicação (EGTIC), elaborada pelo órgão central do sistema de administração dos recursos de informática (SISP), define a formulação de um plano diretor de tecnologia da informação (PDTI), obrigatório para a contratação de serviços de TI na administração pública federal.

**(CGE-PI – Auditor – Tecnologia da Informação – 2015)**

A respeito da contratação de bens e serviços de TI, julgue os itens a seguir, de acordo com a Lei n.º 8.666/1993.

39. [151] A modalidade de licitação por leilão pode ocorrer entre os interessados, previamente cadastrados, que atendam aos requisitos exigidos para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data de recebimento das propostas.

40. [152] Economia na execução, conservação e operação são requisitos que devem ser considerados tanto em projetos básicos quanto em projetos executivos de obras e serviços.

No que se refere à contratação de bens e serviços de TI, julgue os itens subsecutivos, com base na Lei n.º 10.520/2002.

41. [153] Caso o prazo de validade das propostas não esteja previsto no edital, as propostas terão validade de noventa dias.

42. [154] A função de pregoeiro pode ser desempenhada por militar, desde que esteja no âmbito do Ministério da Defesa.

Julgue os próximos itens, referentes à Instrução Normativa n.º 2/2008 do MPOG/SLTI.

43. [155] A contratante tem o direito de selecionar os colaboradores da contratada, os quais serão encarregados da execução de serviços continuados na administração pública federal.

44. [156] A contratação de cooperativas poderá ocorrer quando o serviço puder ser executado com autonomia pelos cooperados, sem que haja subordinação entre a cooperativa e os cooperados.

Com base na Instrução Normativa n.º 4/2008 do MPOG/SLTI, julgue os itens que se seguem.

45. [157] Para que sejam atendidas as necessidades da contratação, é possível identificar, por meio da análise de viabilidade, diferentes soluções em outras entidades da administração pública federal e no portal do software público brasileiro.

46. [158] Na fase em que é realizado o planejamento da contratação, a etapa denominada plano de sustentação compreende a tarefa de levantamento da demanda dos usuários do serviço a ser contratado.

Julgue os itens subsequentes, relativos a elaboração e fiscalização de contratos.

47. [159] Considere que uma empresa contratada para prestação de serviços técnicos tenha concluído uma demanda. Considere, ainda, que essa empresa tenha notificado a instituição e solicitado validação para posterior emissão de fatura. Nesse caso, é papel do fiscalizador do contrato validar se a demanda concluída faz parte do escopo contratual.

48. [160] Ao encontrar uma irregularidade na execução do contrato, o fiscal do contrato deverá notificar tal irregularidade verbalmente, em primeiro momento, ao preposto da contratada. Caso essa irregularidade não seja corrigida, o fiscal deverá notificar a empresa por meio de correspondência simples entregue pelos correios.

**(ANTAQ – Analista de Infraestrutura– 2014)**

Acerca da IN SLTI/MPOG n.º 4, julgue o item a seguir.

49. [60] Na adesão à ata de registro de preços, não há necessidade de se realizar a fase de planejamento da contratação.

**(TCDF – Analista de Administração Pública – Sistemas de TI – 2014)**

Determinado órgão, integrante do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP), do Poder Executivo Federal, teve um dos seus processos de contratação auditados por órgão de controle competente. No relatório de auditoria desse órgão, foram destacados os aspectos abaixo:

I. objeto de contratação delegando à contratada gestão da segurança da informação do órgão;

II. objeto de contratação incluindo duas soluções de TI em um único contrato, sendo uma delas para suporte técnico aos processos de planejamento das soluções de TI sob supervisão de servidores do órgão;

III. contratação de objeto sem que o órgão possua planejamento estratégico formalmente documentado;

IV. cláusulas contratuais que estabelecem vedação de vínculo de subordinação com funcionários da contratada.

Com base na situação hipotética acima, julgue os próximos itens relativos às contratações de TI à luz da Instrução Normativa n.º 4/2010-SLTI/MPOG.

50. [107] Os aspectos III e IV não constituem falhas na contratação, visto que é permitido substituir o planejamento estratégico por documento existente no órgão, como, por exemplo, o plano plurianual, além de ser vedado estabelecer vínculo de subordinação com funcionários da contratada.

51. [108] O aspecto I constitui falha na contratação, visto que a gestão da segurança da informação não pode ser objeto de contratação. O aspecto II constitui falha na contratação somente no que se refere ao quantitativo de



soluções em um único contrato, já que é permitido, se for o único objeto, suporte técnico aos processos de planejamento da forma como está descrito.

A respeito das contratações na área de TI, julgue os itens subsecutivos, com base na Instrução Normativa n.º 4/2010-SLTI/MPOG.

52. [119] Para a contratação por inexigibilidade, é dispensável a execução da fase de planejamento da contratação.

53. [120] A gestão de processos de TI, incluindo-se a gestão de segurança da informação, não poderá ser objeto de contratação.

**(STF – Analista Judiciário – Suporte em TI – 2013)**

Julgue os itens que se seguem a respeito da IN n.º 4 MPOG/SLTI e do guia de boas práticas em contratação de TI TCU.

54. [57] Estudos técnicos preliminares, plano de trabalho, no caso da contratação de serviços, e o termo de referência ou projeto básico são requisitos mínimos exigidos no processo de planejamento da contratação de soluções em TI.

55. [58] É possível que uma determinada organização realize planejamento da contratação de serviços de TI contendo aferição de esforço por meio da métrica homens-hora, de acordo com o prescrito na IN n.º 4 MPOG/SLTI.

**(TRT 17ª – Analista Judiciário – TI – 2013)**

Julgue os próximos itens com base na legislação que regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e a contratação de soluções de TI.

56. [77] O guia de boas práticas em contratação de soluções de TI não dá ênfase ao processo de contratação como um todo; o gestor público é quem deve definir o processo de trabalho de contratação que o órgão seguirá.

57. [78] De acordo com a legislação em vigor, não poderá ser objeto de contratação a gestão de processos de TI, incluindo a gestão de segurança da informação.

58. [79] Compete ao Ministério da Ciência e Tecnologia expedir normas complementares relativas ao processo de contratação de bens e serviços de informática e automação.

**(ANCINE – Analista Administrativo – Área II – 2013)**

Julgue os itens seguintes, com relação à Instrução Normativa n.º 4/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

59. [87] A análise de riscos, parte integrante do planejamento da contratação de serviços de TI, é realizada pela equipe de planejamento da contratação.

60. [88] Como todas as contratações devem estar em harmonia com o planejamento estratégico, caso a

organização não possua um planejamento desse tipo, não poderá realizar contratações.

61. [89] É permitida a contratação de suporte técnico para o processo de avaliação da qualidade de soluções de TI.

62. [90] Na contratação de técnicos especializados para ambientes de TI, o contratante, para fins de retenção de talentos, poderá prever em edital a remuneração, além do valor mínimo dos benefícios a que terão direito os técnicos.

**(MPU – Analista do MPU – Desenvolvimento de Sistemas - 2013)**

No que concerne à contratação de bens e serviços de tecnologia da informação, julgue os itens a seguir, com base na Instrução Normativa n.º 4/2010, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

63. [66] Tratando-se de contratação de serviços de tecnologia da informação, para que sejam garantidos a qualidade e o atendimento aos prazos de entrega exigidos, o edital deve descrever o valor da remuneração dos funcionários da contratada.

64. [67] No início de um contrato de prestação de serviços, devem ser repassados à contratada os conhecimentos necessários para a execução do serviço; além disso, a infraestrutura necessária deve ser disponibilizada.

65. [68] Em se tratando de contratação para a aquisição de software, hardware e serviços de instalação, é aceitável a celebração de um único contrato.

**(MPU – Analista do MPU – Suporte e Infraestrutura - 2013)**

Julgue os itens a seguir, com base na IN MPOG n.º 4/2010.

66. [70] Para garantir uma adequada fiscalização do produto final, recomenda-se contratar mais de uma solução de TI em um mesmo contrato.

67. [71] O plano de sustentação deve constar da fase de planejamento da contratação.

68. [72] Área requisitante de uma solução é a unidade do órgão ou entidade que demanda a contratação de uma solução de tecnologia da informação (TI).

Com relação à contratação de bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC), julgue o próximo item.

69. [73] A capacitação dos servidores é uma das condições que garante a padronização do processo de planejamento de contratação de TI.

**(MPU – Técnico do MPU – Tecnologia da Informação e Comunicação - 2013)**

Com base na Instrução Normativa MPOG n.º 4/2010, julgue os itens a seguir, acerca de contratação de bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC).



70. [51] No plano de sustentação devem constar, entre outros aspectos, os recursos humanos e materiais necessários para a continuidade do negócio.

71. [52] A indicação da fonte de recursos para a contratação dos serviços de TIC deve ser feita no momento da assinatura do contrato.

72. [53] O órgão contratante de serviços especializados de TIC pode indicar, para o quadro de especialistas da empresa contratada, técnicos com os conhecimentos adequados à realização dos serviços.

**(MPOG – Gestor – 2013)**

A respeito da Instrução Normativa do MPOG/SLTI n.º 3/2009, julgue os próximos itens.

73. [111] Para adotar acordo de nível de serviço, é necessário estabelecer um critério objetivo para mensurar os resultados, utilizando-se, preferencialmente, ferramenta informatizada.

74. [112] A maioria de bens e serviços de informática deve adotar a modalidade técnica e preço, tendo em vista suas particularidades e a arquitetura de solução necessária para cada órgão contratante.

Com base nas disposições da Instrução Normativa do MPOG/SLTI n.º 4/2010, julgue os itens que se seguem.

75. [113] Para que os riscos de interrupção na prestação de serviços profissionais por parte da contratada se concretizem, é necessário prever, em edital, a remuneração dos funcionários da contratada e o índice utilizado para o reajuste.

76. [114] Na fase de planejamento da contratação, é necessária a elaboração de um documento que oficialize a demanda e contenha a indicação da fonte dos recursos para a contratação.

77. [115] No plano de sustentação entregue, o integrante técnico deve indicar a solução de tecnologia da informação a ser contratada.

78. [116] É tarefa da análise de viabilidade da contratação identificar diferentes soluções que atendam aos requisitos da demanda, considerando as soluções existentes no portal de software público brasileiro (<http://www.softwarepublico.gov.br>).

79. [117] A contratação para gestão de processos de tecnologia da informação e segurança da informação deve ser precedida de planejamento alinhado ao planejamento estratégico do órgão.

80. [118] É vedada a previsão, em edital, de que os quadros dos fornecedores sejam ocupados por funcionários com certificações profissionais para fornecer solução de tecnologia da informação, antes da contratação.

**(Telebrás – Especialista em Gestão de Telecomunicações – TI – 2013)**

No que concerne à Instrução Normativa n.º 1/2009 do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR) e normas complementares, julgue os itens a seguir.

81. [76] Compete às entidades da administração pública federal planejar e coordenar atividades de segurança da informação.

82. [77] Compete ao GSIPR, por intermédio do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações, estabelecer as normas que devem reger a implementação de gestão e segurança da informação pelas entidades da administração pública federal.

83. [78] O Comitê de Segurança da Informação e Comunicações é encarregado de manter contato com o GSIPR, além de elaborar e manter programas de conscientização dos recursos humanos em segurança da informação e das comunicações.

**(INPI – Análise de Planejamento e Infraestrutura em Prop. Ind. – Gestão e Inf. – 2013)**

Com relação à Instrução Normativa para Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação, julgue os próximos itens.

84. [70] A equipe de planejamento da contratação é composta por representantes das áreas técnica e administrativa, além do representante da área requisitante da solução.

85. [71] O fiscal técnico do contrato é um servidor da área de TI indicado para fiscalizar tecnicamente o contrato.

86. [72] A gestão de segurança da informação não pode ser objeto de contratação de uma solução de TI.

Com base no Guia Prático para Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação, versão 1.1, julgue os itens seguintes.

87. [73] Caso se configure dispensa de licitação, a contratação com uso de verbas de organismos internacionais dispensa a realização da fase de planejamento da contratação.

88. [74] O termo de encerramento do contrato, cuja finalidade é encerrar formalmente o pacto contratual entre a contratante e a contratada, deve ser elaborado pelo gestor do contrato.

89. [75] O termo de referência, também denominado projeto básico, é o documento responsável pelo início da fase de planejamento da contratação.

90. [76] O integrante técnico participa da estratégia da contratação e da revisão técnica.

**(ANP – Analista Administrativo – Área 5 – 2013)**

Acerca da IN MPOG/SLTI 02/2008 e da IN MPOG/SLTI 04/2010, julgue os itens que se seguem

91. [101] De acordo com a IN MPOG/SLTI 04/2010, deve ser feita a análise de viabilidade da contratação, sendo uma das tarefas dessa análise verificar a disponibilidade de solução similar em outro órgão público ou no portal do Software Público Brasileiro.

92. [102] De acordo com a IN MPOG/SLTI 04/2010, uma entidade da administração pública que já tenha os processos de segurança da informação definidos pode



contratar prestação de serviços para a gestão dos processos de segurança da informação.

93. [103] A IN MPOG/SLTI 02/2008 admite repactuação contratual para contratos com vigência de no mínimo seis meses ou superior.

94. [104] A IN MPOG/SLTI 02/2008 veda a contratação de sociedades cooperativas em todos os tipos de concorrências.

**(ANAC – Analista Administrativo – Área 4 – 2012)**

De acordo com a Instrução Normativa para Contratação de Soluções de TI - SLTI/MP IN 04/2010 e com o Guia Prático para Contratação de Soluções de TI, versão 1.1, julgue os itens seguintes.

95. [55] A garantia da continuidade do negócio é uma das ações consideradas no plano de sustentação e abrange, em relação à solução de TI contratada, o período de implantação da solução e o período posterior ao encerramento do contrato.

96. [56] A execução da fase de planejamento da contratação não é obrigatória nos casos de dispensa de licitação ou de licitação dispensada.

97. [57] De acordo com a IN 04/2010, mesmo sendo vedado exigir certificações dos empregados dos fornecedores de solução, é correto definir como critério para a habilitação da contratação a certificação da própria empresa em uma ferramenta de governança de TI, sem necessidade de justificativa específica.

98. [58] Uma solução de TI não pode ser dividida em contratações separadas.

**(ANAC – Analista Administrativo – Área 5 – 2012)**

Com base na Instrução Normativa para Contratação de Soluções de TI n.º 4/2010, julgue os itens que se seguem.

99. [55] Na entrega de produtos com prazo e qualidade previamente definidos, deve-se realizar a aferição de esforço por meio da métrica homens-hora.

100. [56] O termo de referência, também denominado projeto básico, deve ser elaborado pelo gestor do contrato, com o apoio do requisitante do serviço e da área de TI, a partir da estratégia de contratação, e conter diversas informações, tais como a definição do objeto, a fundamentação da contratação, a estimativa de preços e a adequação orçamentária.

De acordo com o Guia Prático para Contratação de Soluções de TI, versão 1.1, julgue o item abaixo.

101. [57] O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. Se o valor dessa multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, o contrato deverá ser encerrado/cancelado.

**(TCDF – Auditor de Controle Externo – 2011)**

Acerca da fiscalização das contratações de TI para o setor público, julgue os itens de 187 a 192 à luz da Lei n.º 8.666/1993.

102. [187] Nas instituições públicas, a ausência de aprovação formal do projeto básico (ou do termo de referência) pela autoridade competente e também pela assessoria jurídica deverá ser considerada uma não conformidade legal.

103. [188] No contexto de determinado contrato específico, segundo a legislação, a não indicação formal do preposto do contratado representa uma não conformidade.

104. [189] De acordo com a lei, deve-se exigir o atesto do fiscal do contrato no verso da nota fiscal referente aos serviços prestados pelo contratado; esse é o ato que comprova o recebimento definitivo dos serviços em nome do contratante.

105. [190] O fiscal do contrato deverá anotar todas as ocorrências observadas relacionadas à execução do contrato, determinando ao preposto a regularização daquelas que forem ocorrências de falta ou de defeito.

106. [191] A lei autoriza a contratação de terceiros para auxiliar na fiscalização de contratos da administração pública.

107. [192] O objetivo da lei em questão, ao considerar obrigatório o emprego de licitação do tipo técnica e preço para a aquisição de bens e serviços de informática — com as exceções previstas em decreto do Poder Executivo — é garantir a qualidade dessas contratações, independentemente da origem do fornecedor.

Com respeito à IN SLTI/MP 4/2008 (IN-4) e ao Decreto Distrital

n.º 32.218/2010, julgue os itens subsecutivos.

108. [193] Nos casos em que não seja possível demonstrar os resultados da prestação de serviço, de acordo com a IN-4, será possível a contratação por postos de trabalho alocados.

109. [194] Nos casos em que a IN-4 se aplica, a contratação de serviço de TI poderá ser paralisada ou cancelada se não estiver em harmonia com o plano diretor de TI ou se não se alinhar à estratégia da instituição, inclusive nos casos de contratação não emergencial efetivada com dispensa ou inexigibilidade de licitação ou pelo sistema de registro de preços.

110. [195] Nos autos da contratação, independentemente da instituição pública contratante, a ausência dos artefatos exigidos pela IN-4 será considerada uma não conformidade.

111. [196] Segundo a IN-4, a contratação de serviço com remuneração paga segundo a métrica homem-hora deverá ser evitada a todo custo, mas poderá ser excepcionalmente usada nos casos em que não seja possível definir com precisão o prazo para a entrega dos produtos objetos do contrato.

À luz da legislação pertinente a contratações de TI pela administração pública, julgue os itens que se seguem.

112.[197] Qualquer inexecução, total ou parcial, do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, segundo a Lei de Licitações.

113.[198] Não há base legal para a exigência de atendimento de nível de serviço (qualidade e desempenho) em contratos públicos de TI, mas apenas boas práticas — como, por exemplo, o ITIL —, que foram incorporadas à IN-4.

114.[199] Quanto à segurança da informação, a Lei de Licitações exige a cessão dos direitos patrimoniais do contratado sobre projetos ou serviços técnicos especializados contratados, inclusive como condição para pagamento.

115.[200] Nas licitações do tipo técnica e preço, os fatores que constituem a pontuação técnica são prazo de entrega, suporte de serviços, qualidade, padronização, compatibilidade, desempenho e garantia técnica, sendo que este último carece de fundamento legal, constando apenas do Decreto n.º 7.174/2010.

#### **(TRT 21ª- Contabilidade - 2010)**

Acerca dos princípios e das modalidades de licitação, julgue os itens a seguir.

116.[103] Pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, tanto a administração quanto os licitantes estão subordinados às regras do edital ou da carta-convite, razão pela qual a lei veda, em caráter absoluto, modificação no instrumento convocatório.

117. [102] É vedada a combinação das modalidades de licitação previstas em lei, mas, nos casos em que couber convite, a administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.

#### **(MPU – Analista - 2010)**

118.[117] Os princípios básicos a serem observados no processamento e julgamento de licitações incluem: a moralidade, a igualdade, a publicidade, a legalidade, a impessoalidade, a probidade administrativa, a vinculação ao instrumento convocatório e o julgamento objetivo.

119.[113] Todo procedimento licitatório será sempre um ato administrativo formal, independentemente da esfera da administração pública em que seja realizado.

A respeito da Lei n.º 8.666/1993, julgue os itens que se seguem.

120.[56] Os órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios estão subordinados ao regime dessa lei.

#### **(MPU – Analista de Informática – Suporte Técnico - 2010)**

Julgue os próximos itens, segundo a Instrução Normativa n.º 4/2008, do MPOG, que dispõe acerca do processo de contratação de serviços de tecnologia da informação (TI) pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

121.[91] Software pode ser entendido como um sistema ou componente constituído por um conjunto de programas, procedimentos e documentação, desenvolvido para o atendimento de necessidades específicas do órgão ou entidade.

122.[92] Requisitos é um conjunto de especificações necessárias para definir a solução de TI a ser contratada. Critérios de aceitação são parâmetros objetivos, mas nem sempre mensuráveis, utilizados para verificar um serviço ou produto quanto à conformidade aos requisitos especificados.

123.[93] O plano diretor de tecnologia da informação (PDTI) é um instrumento de diagnóstico e gestão dos recursos e processos de TI, que, sem considerar aspectos de planejamento, visa a atender às necessidades de informação de um órgão ou entidade para determinado período.

124.[94] A gestão de processos de TI, incluindo a gestão de segurança da informação, não pode ser objeto de contratação.

125.[95] Área de TI é considerada como uma unidade setorial ou seccional do sistema de administração dos recursos de informação e informática, bem como área correlata, responsável por gerir a TI do órgão ou entidade.

#### **(DETRAN-ES – Administrador – 2010)**

Considere que, para a concessão de direito real de uso, a administração necessite realizar licitação e, para isso, escolheu o tipo melhor técnica e preço, elaborou instrumento convocatório e o enviou para a análise e parecer da assessoria jurídica. A partir dessa situação hipotética e considerando os múltiplos aspectos por ela suscitados, julgue os itens que se seguem.

126.[118] O edital deve ser publicado com, no mínimo, trinta dias de antecedência.

#### **(ABIN – Oficial Técnico de Inteligência – Rede de Dados – 2010)**

Com referência à contratação de bens e serviços de TI no âmbito da administração pública, julgue os itens de 101 a 105

127.[101] No planejamento da contratação, devem estar documentadas todas as decisões tomadas pelos gestores, desde a identificação da necessidade da contratação até a definição do objeto destinado a satisfazer essa necessidade.

128.[102] Segundo o TCU, o problema não é terceirizar e sim terceirizar mal. Uma das deficiências detectadas nesse tipo de procedimento é deixar de avaliar os riscos e não criar mecanismos de controle relativos. Ainda de acordo com o TCU, a estratégia de terceirização é decisiva para uma boa governança de TI.

129.[103] O benefício da contratação, sempre que possível, deve ser estimado e medido em termos de negócio e não da TI.

130.[104] A contratação mensurada por resultados, definida como "principal fundamento" constitui princípio constitucional da eficiência, pois o pagamento pelo resultado incentiva o contratado a alcançar os padrões desejados de qualidade do produto ou serviço fornecido e dirige a atenção da administração para o controle da eficácia da contratação.

131.[105] As etapas do planejamento da contratação incluem a análise da viabilidade da contratação, a análise de ambiente e a análise de fornecedor.

Considerando a Instrução Normativa n.º 4/2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, julgue os itens a seguir

132.[106] A análise de viabilidade prevê tarefas de avaliação das necessidades corporativas, segundo os objetivos estratégicos, além da explicitação da motivação para contratação. Também trata da especificação de requisitos e demandas, avaliação de soluções disponíveis, projetos similares e identificação de possíveis soluções, momento em que provedor e cliente devem participar conjuntamente.

133.[107] A norma estabelece três fases para o processo de contratação: planejamento da contratação, seleção do fornecedor e avaliação do serviço. No caso da seleção do fornecedor, todos os procedimentos são direcionados para a legislação vigente, principalmente a Lei nº 8.666/1993 e itens específicos da norma. Nesse sentido, é correto concluir que a norma interfere nesses quesitos.

134.[108] A contratação de bens e serviços de TI, desde que possuam padrões de desempenho e de qualidade objetivamente definidos pelo edital para esta finalidade, com base em especificações usuais encontradas no mercado, deve ser obrigatoriamente realizada pela modalidade técnica e preço.

135.[109] Apesar de não ser obrigatório, o projeto básico ou termo de referência é um anexo do edital da licitação que traz informações específicas do projeto, com requisitos e especificações detalhadas para não deixar dúvidas aos concorrentes.

136.[110] Exigir atestados de capacidade técnica em relação a itens não significativos para a obra ou serviço como um todo, de forma a evitar restrições ao caráter competitivo da licitação, é solicitação indevida na seleção de fornecedores.

#### **(TCU – AFC – TI – 2010)**

Motivada pela Instrução Normativa n.º 4 da SLTI/MPOG, de 19/5/2008, uma organização da administração pública federal elaborou recentemente seu plano diretor de tecnologia da informação (PDTI) para o período 2011-2013. A seguir, são apresentados alguns extratos desse plano plurianual, mais especificamente parte do diagnóstico situacional de TI referente à avaliação de maturidade de TI, realizada

em referência ao framework COBIT 4.1, e parte das diretrizes de TI para o período.

Plano diretor de tecnologia da informação (PDTI) – 2011-2013

Avaliação de maturidade: Seguindo o exemplo do que ocorreu durante as atividades do projeto de construção do diagnóstico para o PDTI do triênio 2008-2010, foi realizada análise comparativa (aferição de GAP) entre os processos de gestão existentes na organização com um escopo escolhido de processos de gestão para TIC preconizados pelo COBIT versão 4.1. O objetivo é identificar o ganho de maturidade em relação ao resultado obtido no diagnóstico para elaboração do PDTI 2008-2010. A tabela seguinte apresenta o grau de maturidade alcançado em cada objetivo de controle aplicável, nos diagnósticos realizados em 2008 (ciclo de planejamento 2008-2010) e no presente momento ( ciclo de planejamento 2010-2013 ).

Consultoria: processos de consultoria tecnológica, de aporte metodológico e de capacitação serão incorporados à contratação de serviços e ferramentas essenciais à modernização da estrutura gerencial, dos processos de trabalho e da plataforma tecnológica, sempre em um ciclo contínuo de absorção de métodos e tecnologias aportadas pela equipe de servidores efetivos da organização, adotando ainda um modelo de transferência de conhecimento por atuação presencial no sítio de consultores, para trabalhos conjuntos com servidores da organização.

Capacitação: percebe-se a necessidade de ampliação e consolidação da massa crítica existente, sendo a capacitação individual e coletiva da equipe geralmente insuficiente para concretização da estratégia. São competências fundamentais para o sucesso dessa estratégia: a governança de TI com base nos frameworks ITIL v.3 e COBIT v.4.1, a gestão de projetos com base na metodologia PMI, o desenvolvimento de modelos de regras de negócio com base em gerenciamento de processos de negócio ( BPM ), a consolidação do modelo de arquitetura orientada a serviços ( SOA ) e seu respectivo processo de desenvolvimento, assistido por modelo de maturidade tal como o MPS.Br. Tais competências devem ser aportadas inicialmente em processos de consultoria e desenvolvidas por processos de capacitação e certificação profissional dos servidores efetivos da organização.

Arquitetura tecnológica: deve-se continuar a buscar a padronização e convergência da arquitetura de TI, com definição clara dos ciclos de vida estimados para cada tecnologia e recurso tecnológico aportado. A prospecção tecnológica continuada deverá indicar as tecnologias que estejam suficientemente maduras e com custo-benefício adequado para aporte pela organização.

Integração de sistemas: deve-se consolidar a concepção já iniciada do sistema integrado de informações da organização, com base em uma abordagem de integração de sistemas promovida pela adoção da arquitetura orientada a serviços



(SOA) e as plataformas tecnológicas que a suportam. Esse processo visa à substituição gradativa de todo o legado de sistemas existentes.

Agilidade do processo administrativo: as contratações com terceiros devem ser ágeis e eficientes, sob pena de comprometerem o desenvolvimento global da estratégia. Maior aproximação entre a área técnica e a área administrativa, já exercitada no período 2008-2010, deve possibilitar a eliminação de atrasos desnecessários na tramitação dos processos. As contratações consideradas prioritárias deverão ser acompanhadas pela alta gestão da organização.

domínio de controle	objetivo de controle	nível de maturidade*	
		2008	2010
aquisição e implementação	identificar soluções automatizadas	1	2
	adquirir e manter <i>software</i> aplicativo	1	1
	adquirir e manter infraestrutura tecnológica	2	3
entrega e suporte	definir e gerenciar níveis de serviços	não implementado	2
	gerenciar serviços de terceiros	1	2
planejamento e organização	definir plano estratégico de TI	não implementado	3
	determinar direcionamento tecnológico	1	2
	gerenciar investimentos em TI	2	2
	gerenciar projetos	1	2

\* 1 – inicial; 2 – repetível; 3 – definido; 4 – gerenciamento com métricas; 5 – otimizado.

A classificação obtida no processo de análise permite que seja estabelecido o plano de ação (políticas e diretrizes estratégicas, programas e projetos) visando à melhoria articulada do desempenho da área no atendimento dos objetivos de negócio institucionais.

Diretrizes de TI: As seguintes diretrizes foram apontadas como elementos norteadores, em seminários de planejamento realizados com o corpo gerencial da organização, em março de 2010.

Estruturação do modelo organizacional e governança de TI: a área de TI deverá se posicionar como provedora de soluções em tecnologia da informação, estruturando sua operação em um birô de serviços (service desk) que opere de maneira integrada e articulada, de acordo com as práticas ITIL v.3. Todos os serviços prestados deverão ser incorporados à estrutura do birô de serviços, que terá regras claras de operação e de interação com os usuários de TI.

Aquisições e terceirização (sourcing): as aquisições de bens e serviços deverão estar inseridas em um processo contínuo de transferência de tecnologia dos

provedores de serviço externos para a organização. Os contratos serão regulados por acordos de nível de serviço. Os processos de terceirização envolverão prioritariamente os serviços de natureza rotineira e continuada. Os processos de concepção tecnológica e entendimento do negócio corporativo serão prioritariamente destinados a servidores efetivos da organização.

Com relação à situação apresentada no texto, julgue os itens que se seguem.

137.[191] Os diagnósticos apresentados permitem avaliar tanto qualitativamente quanto quantitativamente a evolução da maturidade da gestão de TI da organização. Nesse sentido, se os objetivos identificados na tabela como "não implementado" se referissem ao ano corrente, essa organização não poderia evoluir de forma consistente e abrangente no que diz respeito à gestão de TI.

138.[192] A adoção de SOA não trouxe incremento na maturidade do processo de desenvolvimento de software aplicativo no período compreendido entre as duas avaliações realizadas.

139.[193] Os processos relativos a aquisição e manutenção da infraestrutura tecnológica estão definidos e ocorrem estruturadamente na organização, com atuação proativa da gestão no que diz respeito a esses processos.

140.[194] O ganho de maturidade apresentado no objetivo de controle "determinar direcionamento tecnológico" é resultado da definição de diretrizes tecnológicas tais como adoção de BPM e SOA, preconizadas no 2008-2010.

141.[195] A edição da Instrução Normativa n.º 4 parece ter motivado a organização a sistematizar o ciclo de planejamento estratégico de TI, o que pode ser verificado pelo incremento de maturidade obtido no que se refere ao objetivo de controle "definir plano estratégico de TI".

142.[196] O modelo de birô de serviços a ser adotado pela organização é definido no framework ITIL, mas pode ser avaliado por meio da definição de objetivos de controle COBIT apropriadamente escolhidos.

143.[197] O desenvolvimento técnico dos usuários se dará por meio de capacitação e certificação de servidores efetivos, no período 2011-2013. Esse processo permitirá ganho de maturidade no que se refere ao objetivo de controle COBIT DS7 - Educar e treinar usuários.

144.[198] A substituição de todo legado de software, proposta nas diretrizes de TI, não é usual pois acarreta riscos significativos de perdas no histórico das informações contidas em sistemas legados.

145.[199] Não há, nas diretrizes de TI apresentadas, menção explícita de como a TI servirá para apoiar e potencializar os objetivos de negócio da organização.

146.[200] As diretrizes para contratação de serviços fazem diferenciação da estratégia de contratação e gerenciamento para terceirização de serviços de natureza

operacional e rotineira e aporte de novas tecnologias e métodos.

**(IJSN – ES – Informática e Gestão da Informação – 2010)**

Acerca de normas específicas aplicáveis à contratação de bens e serviços de TI, julgue os itens a seguir.

147. [119] Segundo a Instrução Normativa n.º 4 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regras para aplicação de multas e demais sanções administrativas, quando da contratação de serviços de TI, devem estar presentes na estratégia de contratação, elaborada antes da análise de riscos da contratação e após a elaboração do plano de sustentação.

148. [120] Segundo a Lei n.º 10.520/2002 e sua interpretação no âmbito específico da contratação de bens e serviços de TI, a compra por meio de pregão pode ser dividida nas fases preparatória e externa. Durante a fase externa é possível a publicação de avisos por meios eletrônicos e em jornal de grande circulação, sendo o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir do início da fase preparatória, não inferior a dez dias úteis.

**(Banco de Amazônia – Governança de TI – 2010)**

Considerando a contratação, por organização pública, de serviço de TI, julgue os itens, com base no que dispõem a Lei n.º 8.666/1993, a legislação complementar e a jurisprudência do TCU, combinada com a IN n.º 4/2008 do MPOG.

149. [107] A contratação do serviço de TI deve ser efetuada, prioritariamente, por meio de uma única modalidade de licitação, não sendo permitida combinação de modalidades.

150. [108] O processo de licitação do serviço de TI pode ser organizado em três fases: iniciação, elaboração e encerramento, devendo a elaboração do projeto básico ser efetuada na primeira fase.

151. [109] Para a licitação do serviço de TI a ser contratado, podem-se adotar as opções de menor preço, melhor técnica e técnica e preço, sendo a terceira opção a menos recomendada para serviços de TI.

152. [110] Considere a seguinte situação. Para uma licitação de serviço de TI, foi adotada a modalidade convite e, durante a realização do certame, apenas duas propostas válidas foram obtidas, mesmo sendo o serviço caracterizado como de baixa complexidade, podendo suas especificidades ser atendidas por vários fornecedores. O baixo número de propostas persistiu após a publicação do convite em jornais de grande circulação. Nessa situação, não se faz obrigatória a repetição do certame.

Considerando a contratação, por organização pública, de serviço de TI, julgue os itens, com base no que dispõem a Lei n.º 8.666/1993, a legislação

complementar e a jurisprudência do TCU, combinada com a IN n.º 4/2008 do MPOG.

153. [111] Se o valor estimado para a contratação do serviço de TI for igual a R\$ 250.000,00, não poderá ser adotada a modalidade convite.

154. [112] Se o valor estimado para a contratação do serviço de TI for igual a R\$ 50.000,00, não poderá ser adotado o pregão eletrônico.

155. [113] Caso sejam identificadas características técnicas que permitam a contratação parcelada de serviços de natureza específica, que podem ser executados por pessoas ou empresas de especialidade diferente da que apresenta o executor do serviço principal, então é obrigatória a realização de um único certame licitatório cuja modalidade seja correspondente à soma dos valores de todas as parcelas do serviço de TI, sob pena de ilicitude por fracionamento de despesa.

156. [114] Para que o serviço possa ser licitado em conformidade com a IN n.º 4/2008 da SLTI, o órgão licitante deverá desenvolver estratégia geral de TI própria, à qual estão vinculados o plano diretor de TI do órgão bem como a aquisição do serviço.

157. [115] Se determinado órgão tem, em curso, apenas um contrato de serviço de TI, o qual já seja atendido por uma empresa vencedora de licitação anterior, não é permitido que o vencedor de licitação em curso seja a referida empresa, visto que os serviços de TI contratados por órgão público não podem ser todos prestados por um único fornecedor.

158. [116] Para o planejamento da contratação do serviço de TI, a organização deve proceder à análise de viabilidade da contratação bem como ao desenvolvimento de um plano de sustentação, ao qual se subordina um plano de continuidade dos serviços em decorrência de eventual interrupção contratual.

159. [117] Para a contratação do serviço de TI, é obrigatória a designação de um gestor do contrato, que tem, entre outras, a responsabilidade de proceder à análise de riscos. Esta análise abrange os procedimentos de identificação dos riscos; caracterização das chances ou possibilidades de ocorrência dos riscos; descrição de ações para tratamento dos riscos; definição de responsáveis por desempenhar ações para tratamento dos riscos.

160. [118] Caso a organização decida realizar a licitação do serviço de TI por meio de pregão eletrônico e que no âmbito do serviço seja necessário o desenvolvimento de software específico para a automação do mesmo, não é recomendada, como critério de julgamento da proposta mais vantajosa, a licitação por menor preço.

161. [119] Considere que, na contratação do serviço de TI, haja a necessidade de contratações frequentes e sejam identificadas dificuldades na definição prévia do quantitativo do serviço a ser efetivamente prestado. Nessa situação, pode-se adotar o sistema de registro de preços para o serviço de TI, o que torna obrigatória a utilização da modalidade concorrência e menor preço.



162.[120] Uma empresa de natureza pública criada especificamente para a prestação de serviços de TI pode ser contratada sem licitação.

**Gabarito.**

**(Funpresp - Judiciário - Tecnologia da Informação - 2016)**

1. E.
2. C.
3. E.

**(TCE-SC - Tecnologia da Informação - 2016)**

4. E.
5. C.
6. C.
7. C.
8. E.
9. E.
10. X.
11. C.
12. E.

**(MEC - Gerente de Projetos - 2015)**

13. C.
14. C.
15. E.

**(TRE-PE - Tecnologia da Informação - 2015)**

16. B.

**(TJDFT - Tecnologia da Informação - 2015)**

17. E.
18. E.

**(TCU - Tecnologia da Informação - 2015)**

19. E.
20. C.
21. E.
22. E.
23. C.
24. E.
25. C.
26. E.
27. E.
28. C.
29. E.
30. C.
31. E.
32. X.
33. E.
34. C.

35. E.

36. E.

**(MPOG - ATI - 2015)**

37. E.
38. X.

**(CGE-PI - Auditor - Tecnologia da Informação - 2015)**

39. E.
40. C.
41. E.
42. C.
43. E.
44. C.
45. C.
46. E.
47. C.
48. E.

**(ANTAQ - Analista de Infraestrutura - 2014)**

49. E.

**(TCDF - Analista de Administração Pública - Sistemas de TI - 2014)**

50. C.
51. C.
52. E.
53. C.

**(STF - Analista Judiciário - Suporte em TI - 2013)**

54. C.
55. C.

**(TRT 17ª - Analista Judiciário - TI - 2013)**

56. X.
57. C.
58. E.

**(ANCINE - Analista Administrativo - Área II - 2013)**

59. C.
60. E.
61. C.
62. E.

**(MPU - Analista do MPU - Desenvolvimento de Sistemas - 2013)**

63. E.
64. C.
65. E.



**(MPU – Analista do MPU – Suporte e Infraestrutura - 2013)**

66. E.

67. C.

68. C.

69. C.

**(MPU – Técnico do MPU – Tecnologia da Informação e Comunicação - 2013)**

70. C.

71. E.

72. E.

**(MPOG – Gestor – 2013)**

73. C.

74. E.

75. E.

76. C.

77. E.

78. C.

79. E.

80. C.

**(Telebrás – Especialista em Gestão de Telecomunicações – TI - 2013)**

81. E.

82. C.

83. E.

**(INPI – Análise de Planejamento e Infraestrutura em Prop. Ind. – Gestão e Inf. – 2013)**

84. C.

85. C.

86. C.

87. E.

88. C.

89. E

90. C.

**(ANP – Analista Administrativo – Área 5 – 2013)**

91. C

92. E

93. E

94. E

**(ANAC – Analista Administrativo – Área 4 – 2012)**

95. C

96. E

97. E

98. E

**ANAC – Analista Administrativo – Área 5 – 2012.**

99. E

100. C

101. E

**TCDF – Auditor de Controle Externo – 2011.**

102. C

103. C

104. E

105. C

106. C

107. E

108. E

109. C

110. E

111. E

112. C

113. E

114. C

115. C

**(TRT 21ª- Contabilidade - 2010)**

116. E

117. C

**(MPU – Analista – 2010)**

118. C

119. C

120. C

**(MPU– Analista de Informática – Suporte Técnico – 2010)**

121. X

122. E

123. E

124. C

125. C

**(DETRAN-ES – Administrador – 2010)**

126. E

**(ABIN – Oficial Técnico de Inteligência – Rede de Dados – 2010)**

127. C

128. C

129. C



130. C

131. E

132. C

133. E

134. E

135. E

136. C

**(TCU – AFC – TI – 2010)**

137. E

138. C

139. C

140. E

141. C

142. C

143. E

144. E

145. C

146. C

**(IJSN – ES – Informática e Gestão da Informação – 2010)**

147. C

148. E

**(Banco de Amazônia – Governança de TI – 2010)**

149. C

150. E

151. E

152. C

153. C

154. E

155. E

156. E

157. E.

158. C.

159. C.

160. E.

161. C.

162. C.